



Exmo. Senhor  
Deputado Sérgio Sousa Pinto  
M.I. Presidente da Comissão de Negócios  
Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

**Assunto:** Pedido de audição do Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Exmo. Senhor Presidente,

No passado dia 6 de maio de 2024 veio a público, no seguimento de uma visita do Ministro da Defesa de São Tomé e Príncipe à Rússia, que os dois países teriam assinado um acordo de cooperação militar por um período indefinido, acordo esse que abrangia o treino conjunto de tropas, recrutamento de forças armadas, uso de armamento e logística, além do envio de aeronaves e navios para São Tomé e Príncipe.

Também recentemente foi noticiada a lista de líderes estrangeiros que estarão em Moscovo a 9 de maio, para a tradicional parada da vitória na Segunda Guerra Mundial. Desde 2022 que esta parada tem tido cada vez menos representantes estrangeiros, devido à condenação da comunidade internacional à Rússia. Este ano, tirando alguns aliados russos, que faziam parte da antiga União Soviética, só vão estar presentes outros três Estados representados: dois deles são, sem surpresa, Cuba e Laos, ambos Estados ditatoriais de um Partido Único, o comunista, e o último, o único Estado africano presente, é a Guiné-Bissau.

Esta proximidade com a Rússia por parte de dois países integrantes da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e com quem Portugal tem relações



históricas, é preocupante. A ligação entre os Estados-membros desta Comunidade, como outras, não é apenas ter uma língua em comum. A importância da valorização da Língua Portuguesa é absolutamente inegável. Não é de todo essa questão que está em causa. As razões de pertença e integração à CPLP são muito mais do que a língua comum, como bem expresso nos objetivos da mesma, nomeadamente Valores que devem ser comuns.

É igualmente útil recordar a adesão, sem votação, da Guiné-Equatorial à CPLP, em 2014. Um país que está consistentemente no topo das listas dos países mais autoritários do mundo, e que desde 2014 continua a acumular graves violações de Direitos Humanos.

Não devemos esquecer ainda as infelizes declarações do Presidente Lula da Silva, no ano passado, sobre a invasão russa da Ucrânia, ou a presença do Grupo Wagner em Moçambique, existindo outros exemplos não só da influência (ou tentativa de) do Kremlin nos países da CPLP, como do autêntico desdém pelos mais básicos valores democráticos, pelos quais todos nos deveríamos reger.

A declaração constitutiva da CPLP de 1996, refere que os Chefes de Estado dos países signatários, *“Imbuídos dos valores perenes da Paz, da Democracia e do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social. (...) Consideram imperativo: (...) Promover ações de cooperação entre si e de coordenação no âmbito multilateral para assegurar o respeito pelos Direitos Humanos nos respectivos Países e em todo o mundo.”* No entanto, todos estes casos referidos, e vários outros, demonstram precisamente o contrário.

O Mundo de 1996, no pós-Guerra Fria, já não é o mesmo de 2022, após a invasão da Ucrânia. Urge considerar a CPLP como muito mais do que uma organização



exclusivamente linguística. É necessário reafirmar os valores democráticos explanados na declaração constitutiva da CPLP. Sem nos imiscuirmos na política interna de cada país, mas garantido que nenhum país de língua oficial Portuguesa ficará “refém” da falta de opções que sigam os valores fundamentais pelos quais nos regemos.

A lusofonia é um dos três eixos da política externa portuguesa, eixos esses que não só continuam a granjear um alargado consenso político e social, como perante os conflitos internacionais que se vivem, têm recuperado uma relevância que não pode ser colocada em causa, nem abalada, por qualquer desequilíbrio num desses eixos. A própria interligação dos eixos é incontornável face aos desafios geoestratégicos atuais.

Considerada a importância de um permanente debate sobre o papel de Portugal na CPLP, e de como esta influencia a política externa nacional, urge que o Governo esclareça a Assembleia da República sobre a sua visão, bem como partilhe a análise que faz destes recentes acontecimentos. Finalmente, a Iniciativa Liberal considera que é imperativo que o Ministro dos Negócios Estrangeiros venha clarificar quais serão os passos dados por Portugal no caso específico de São Tomé e Príncipe, perante o acordo por este país firmado, de forma a mitigar a influência russa no arquipélago, e de forma geral em todos os países da CPLP.

Desta forma, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal vem requerer a audição do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel.

Palácio de São Bento, 9 de maio de 2024

**Os Deputados da Iniciativa Liberal,**



Rodrigo Saraiva

Mariana Leitão

Bernardo Blanco

Carlos Guimarães Pinto

Joana Cordeiro

Mário Amorim Lopes

Patrícia Gilvaz

Rui Rocha